

■ Visualização de Recursos, Contrarrazões e Decisões

RECURSO :

IT CAST TECNOLOGIA LTDA ME, CNPJ 20.763.049/0001-03, vem à presença de Vossa Senhoria interpor recurso administrativo em face da habilitação da empresa GG MARKETING, PROMOÇÕES E PUBLICIDADE no pregão eletrônico 1212022, a partir dos fatos e fundamentos que passa expor:

O instrumento convocatório em seu subitem 21.1 exige de forma clara que a licitante vencedora apresente atestado de capacidade técnica que comprove a execução de objeto compatível ou com complexidade superior ao especificado no termo de referencia – Anexo I, que trata de desenvolvimento de sistemas e aplicativos e neste mesmo Termo em seu subitem 12.4, exige currículo de formação do responsável técnico pelo desenvolvimento de website e aplicativo com formação em tecnologia, administração, engenharia ou design.

A empresa vencedora embora tenha apresentado vários atestados de capacidade técnica, nenhum deles está em conformidade com o exigido no EDITAL, constando apenas atestados de produção de programas de rádio, diagramação, revisão ortográfica, editoração gráfica, cobertura fotográfica, entre outros eventos jornalísticos.

E entre os currículos apresentados, temos profissionais de pedagogia, jornalismo, comunicação social, letras e o único apresentado na área solicitada é de uma pessoa que consta na Receita Federal como proprietário da empresa M4 Digital, CNPJ 30.162.346/0001-57 e sem vínculo comprovado com a empresa vencedora.

Logo, a Recorrida efetivamente descumpriu o Edital, especialmente os subitens 21.1 do EDITAL e 12.4 do Termo de Referência, razão esta que justifica a desclassificação da sua proposta comercial e sua inabilitação no certame, com amparo no próprio Edital em comento, e sob o manto do Princípio da Vinculação ao Edital, desdobramento do Princípio da Isonomia.

Por todo o exposto, requeremos:

a) O conhecimento do presente recurso para que, em seu mérito, seja julgado procedente para desclassificar e inabilitar a Recorrida GG MARKETING, PROMOÇÕES E PUBLICIDADE, bem como para desclassificar a sua proposta comercial, consoante à fundamentação supra;

b) Acaso Vossa Senhoria entenda que a decisão habilitatória e classificatória não deva ser reformada, requer sejam os autos encaminhados à Autoridade Competente para apreciação do pedido de reforma retroconsignado.

Termos em que,
Pede e espera deferimento.

:

Fechar